

TRINDADE

FACULDADE MALTA

Bacharel em Teologia

Prof. Dr. Érico Tadeu Xavier

Teresina – PI

Sobre a Autor:**Erico Tadeu Xavier****FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Pós-Doutorado pela FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, BH (2021) tendo como tema o Pentecostalismo Brasileiro. Pós-Doutorado pela FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia BH (2014) sobre a Eclesiologia Missiológica de Orlando Costas e sua relação com a América Latina. Doutorado em Ciências da Religião - Atlantic International Universit (2019). Doutorado em Ministério - Livre pela Faculdade Teológica Sul Americana, Londrina, PR (2004). Doutorado (PhD) em Philosophy in Theology - South African Theological Seminary (2011), reconhecido pela PUC, RJ. Mestrado em Ciências da Religião - Universidad Evangelica de las Americas, Costa Rica (2008), reconhecido pela EST, São Leopoldo, RS. Pós-Graduação em Aconselhamento Pastoral - UniBF, (2020). Especialização em Missão Urbana e Crescimento de Igreja – FTSA (2009). Bacharel em Teologia - Universidad Evangélica de las Américas, Costa Rica (2007). Bacharel em Teologia – Faculdade de Teologia de Boa Vista (2006). Professor de teologia ensino superior com experiência na área de Teologia Sistemática e Missão. Atuando principalmente nos seguintes temas: pneumatologia, soteriologia, escatologia, temas em apocalipse, missão integral, teologia bíblica de missão, pentecostalismo, ecologia, meio ambiente e responsabilidade cristã.

APRESENTAÇÃO

Caro/a estudante,

Este EBOOK destina-se aos alunos do curso de Teologia da Faculdade Malta-FACMA. Torna-se essencial para a formação profissional do Teólogo, através da disciplina TRINDADE, conhecer o Deus Trino das Escrituras Sagradas e entender como devemos nos relacionar com os três membros da divindade, e com os seres humanos que estão a nossa volta no dia a dia.

Na Unidade 1 “ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A TRINDADE” – PARTE 1, você vai entender e ter uma definição do tema Trindade. Estudar o desenvolvimento da doutrina da Trindade ao longo dos tempos e as muitas controvérsias, debates e polêmicas sobre a doutrina. A Unidade ainda apresentar os principais personagens que contribuíram no desenvolvimento da doutrina da Trindade.

Na Unidade 2 “ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A TRINDADE” – PARTE 2, será dado continuidade aos aspectos históricos sobre a Trindade. Será também ampliado o desenvolvimento da doutrina da Trindade e apresentado os principais defensores da doutrina.

Na Unidade 3 “ASPECTOS TEOLÓGICOS” o estudo vai dedicar uma boa parte para apresentar as indicações que evidenciam a Trindade no Antigo Testamento. Você vai descobrir que o termo Trindade não aparece nas Escrituras Sagradas, porém muitas evidências aponta para a realidade da Trindade. O espaço também vai mostrar textos bíblicos sobre o ensino da doutrina no Novo Testamento esclarecer as evidências de que cada uma das três pessoas é verdadeiramente Deus.

Na Unidade 4 - “ASPECTOS PRÁTICOS”, um dos objetivos é dedicar espaço para os aspectos práticos da doutrina da Trindade. Fazer uma reflexão sobre a Triunidade de Deus e descrever o resultado da Comunhão Trinitária.

Evidentemente que o conteúdo proposto não vai esgotar a discussão sobre tal temática. Estudar sobre a Trindade é entrar em um terreno profundo demais para a mente humana limitada. O melhor é procurar entender os aspectos que estão revelados e não tecer especulações sobre o mistério da Trindade.

Bons estudos!

Prof. Erico Tadeu Xavier (PhD)

SUMÁRIO

UNIDADE 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A TRINDADE – PARTE 1

Objetivos

Definição do Tema

O Desenvolvimento da Doutrina

Tertuliano de Cartago

Orígenes de Alexandria

Considerações finais

Hora de revisar

Referências

UNIDADE 2 – ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A TRINDADE – PARTE 2

Objetivos

Atanásio, o Defensor da Trindade

Agostinho de Hipona

Considerações finais

Hora de revisar

Referências

UNIDADE 3 - ASPECTOS TEOLÓGICOS

Objetivos

No Antigo Testamento

No Novo Testamento

Declarações Bíblicas Da Trindade

Deus é Um

Os Três São Deus

Deus é Três Pessoas

Considerações finais

Hora de revisar

Referências

UNIDADE 4 - ASPECTOS PRÁTICOS

Objetivos

Aspectos Práticos Gerais

O Deus Triúno é um Deus Pessoal

Como se relacionam as pessoas na Trindade

A Imago Dei = Imagem de Deus

O Resultado direto da comunhão Trinitária

Considerações finais

Hora de revisar

Referências

UNIDADE 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A TRINDADE – PARTE 1

Objetivos:

- Dar uma definição do tema Trindade.
- Estudar o desenvolvimento da doutrina da Trindade.
- Apresentar os principais personagens que contribuíram no desenvolvimento da doutrina da Trindade.

Definição do Tema

O termo **Trindade** significa literalmente “**tri-unidade**” ou “**três-em-unidade**”, e não é encontrada na Bíblia, e, em nenhum lugar das Escrituras sua doutrina é declarada de forma explícita. Segundo o teólogo contemporâneo Henry Thiessen (1987, p. 87), a forma grega **Trias** parece ter sido usada pela primeira vez por Teófilo, bispo de Antioquia, por volta de 181 d.C., já a forma latina **Trinitas**, por Tertuliano de Cartago, em torno de 220 d.C.

A doutrina da Trindade ensina a existência de Deus como “três pessoas em uma essência”, ou seja, três pessoas distintas que compartilham de uma única e mesma natureza divina embora de maneira diferente. Na Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, estão unidos em “ser”, “essência” e “substância”. “Quando falamos da Trindade de Deus, nos referimos a uma trindade em unidade, e a uma unidade que é trina”, escreve Berkhof (2002, p. 79). São três pessoas distintas uma da outra, mas numa mesma e única essência divina (Ver STRONG, 2002, pp. 491-496).

Assim, a doutrina da Trindade é definida como o ensino de que “Deus existe eternamente como três pessoas – Pai, Filho e Espírito Santo – e cada pessoa é plenamente Deus, e existe só um Deus”, conclui o teólogo Wayne Grudem (GRUDEM, 1999, p. 165).

O Desenvolvimento da Doutrina

A Trindade teve um desenvolvimento semelhante ao da Teologia Cristã no geral. “A teologia nasceu à medida que os herdeiros dos apóstolos começaram a refletir sobre os ensinamentos de Jesus e deles a fim de explicá-los em novos contextos e situações e resolver controvérsias quanto à crença e condutas cristãs”, afirma o

teólogo contemporâneo Roger Olson (2001, p. 25). Da mesma forma, a doutrina da trindade se desenvolveu à medida que *teólogos cristãos* procuravam explicar a natureza de Deus e a deidade de Jesus e, às vezes do Espírito Santo, “de maneira inteligível e atraente”. Alguns desses teólogos cristãos, no intuito de desenvolverem um pensamento cristão distinto da teologia e adoração conforme ensinados no judaísmo da época, começaram a fazer especulações da crença cristã na “trindade de um só Deus e sua compatibilidade com o monoteísmo do judaísmo e do platonismo” (OLSON, 2001, p. 26).

A morte do apóstolo João, escritor do Evangelho que leva o seu nome, foi ponto inicial para o desenvolvimento de toda a teologia cristã. João foi o último dos apóstolos de Jesus a falecer. Olson informa que “João é o pivô da história da teologia cristã, porque sua morte marcou um momento decisivo”, pois após a sua morte, “já não seria possível solucionar debates doutrinários, ou quaisquer que fossem apelando para um apóstolo” (OLSON, 2001, p. 26). Pois, por serem testemunhas oculares de Jesus, os apóstolos gozavam de grande prestígio e autoridade sobre os cristãos primitivos, e todas as questões sobre assuntos teológicos acabavam sendo resolvidas por eles.

Depois de João, Policarpo, que fora instruído na fé pelo apóstolo, ainda gozou de grande respeito por ser a única “fonte de informação confiável” a respeito dos ensinamentos de Jesus. E ainda, após Policarpo, seu discípulo Irineu deu continuidade ao ensino dos apóstolos. Mas, já nesse tempo, alguns sucessores dessa “linhagem apostólica” começaram a acrescentar ideias próprias ao ensino dos apóstolos, e os problemas surgiam em grande proporção. Porém, esta também foi a época em que grandes nomes da história da teologia cristã se destacaram por suas contribuições fundamentais à formulação das doutrinas básicas para a fé cristã.

Tertuliano de Cartago

Tertuliano (150-220 d.C.), que foi o primeiro a fazer uso da palavra *Trindade*, segundo Berkhof, foi também o primeiro naquela época “a formular a doutrina”, porém, não aceita unanimemente, pois “a sua formulação foi deficiente, desde que envolvia uma infundada subordinação do Filho ao Pai” (BERKHOF, p. 79).

Tertuliano rejeitava qualquer influência da filosofia na doutrina cristã. Para ele isso era sinal de renegar a Cristo e cair na idolatria. Considerava os filósofos como “pais

dos hereges” e condenava tudo que estava relacionado a eles. Olson acredita que “Tertuliano, em sua teologia, não evitou inteiramente a influência da filosofia grega”. Pois “embora procurasse apresentar um conjunto de doutrinas puramente bíblicas e apostólicas, permitiu que determinadas ideias estóicas, como a natureza essencialmente material de toda a existência, se insinuassem sem serem notadas”. Ou seja, “para Tertuliano, assim como para os estóicos, até o ‘espírito’ não passava de uma forma refinada de matéria” (OLSON, p. 86).

Tertuliano indignava-se com o pensamento de seu precursor Clemente de Alexandria (? -215 d.C.), porque este, “dava valor à integração da fé cristã com a melhor cultura de seus dias” e tinha como lema, que “toda a verdade é a verdade de Deus, venha de onde vier” (OLSON, p. 87). Ao contrário de Tertuliano, Clemente, que provavelmente era natural de Atenas, aceitava todo pensamento filosófico como verdade divina, e acreditava ser natural “reuni-lo” às verdades divinas. Segundo o historiador Justo L. González, Clemente estava “convencido de que a verdade é uma só e de que, portanto, qualquer verdade que Platão tenha conhecido não pode ser diferente da verdade que se revelou em Jesus Cristo e nas Escrituras” (GONZÁLEZ, 1995, p. 118).

O que tornava o pensamento de Clemente inadequado à teologia cristã era a sua opinião sobre Deus fundamentada na instrução grega que recebera. “O Deus de Clemente era semelhante ao deus da filosofia grega, uma unidade simples sem partes nem paixões, que não pode nem mesmo ser descrita a não ser por comparação e que só se relaciona com o mundo da natureza e da história por intermédio de um ser intermediário chamado *Logos*. Tertuliano ficou “horrorizado com toda a abordagem de Clemente à teologia cristã” e dedicou boa parte de sua vida a “combatê-la” (OLSON, p. 90-91).

O gnosticismo (O nome *gnosticismo* vem da palavra grega *gnosis*, que significa “conhecimento” ou “sabedoria) da época era o principal adversário de Tertuliano. Ele escreveu vários tratados visando desmascarar os erros de vários mestres cristãos de Roma que aderiram a essa “seita pagã”. Um deles foi Marcião, “um mestre entre os cristãos de Roma no século II que tentou forçar uma separação permanente entre o cristianismo e tudo quanto era hebraico, inclusive o Deus de Israel (Iavé) e o Pai de Jesus Cristo” (OLSON, p. 92). Mas o que realmente levou Tertuliano a sistematizar um

pensamento a respeito da doutrina da Trindade foi o confronto direto com outro teólogo da época, um mestre romano chamado Práxeas.

Práxeas foi, talvez, o primeiro teólogo cristão que tentou explicar a doutrina da Trindade com detalhes sistemáticos. Porém, suas explicações não foram aceitas, pois negou que os cristãos cressem em três identidades, ou até mesmo relações, dentro do único ser divino. Ele “ensinava que existe uma só identidade pessoal em Deus e que essa identidade singular podia ser manifestada como o Pai, ou como o Filho, ou como o Espírito Santo”. Sendo específico em relação ao Espírito Santo, Práxeas alegava que este “não é uma pessoa distinta dentro da Deidade, mas simplesmente outro nome do Pai e Filho ou outra manifestação dele e, além disso, não somente o Filho de Deus foi crucificado, mas também o Pai”. Ou seja, “ele afirma que o próprio Pai desceu para dentro da Virgem, que ele mesmo nasceu dela, que ele mesmo sofreu e que, realmente, era o próprio Jesus Cristo” (OLSON, p. 93 – 96).

Olson esclarece que a teoria de Práxeas depois passou a ser chamada “modalismo” e foi “revivificada por outro mestre posterior do cristianismo em Roma chamado Sabélio”, e que por isso o modalismo é também conhecido como “sabelianismo”. E ainda acrescenta que os modalistas posteriores usavam a linguagem teatral da época para tentar explicar seu raciocínio, alegando que um único ator era capaz de representar mais de um papel na mesma peça simplesmente trocando de roupa ou máscara. E a mesma “palavra usada para designar a máscara das peças de teatro é a mesma frequentemente usada para ‘pessoa’”. E daí “podiam dizer que, quando os cristãos confessaram a fé em ‘um só Deus em três pessoas’ (ou linguagem semelhante) não estavam violando o monoteísmo judaico e grego porque as ‘três pessoas’ são apenas máscaras que o único Deus usa no ‘palco’ da história” (OLSON, p. 96).

Tertuliano elaborou pormenores minuciosos da doutrina da Trindade por contraste com a heresia de Práxeas. Para Tertuliano há em Deus “uma substância e três pessoas”, e em Cristo, há “uma pessoa” e “duas substâncias ou naturezas”, sendo que por “substância” Tertuliano se referia à “existência ontológica fundamental que faz com que uma coisa seja o que é, e por *pessoa* se referia à identidade de ação que fornece a qualidade de ser distinto” (OLSON, p. 97). Neste caso, para Tertuliano, segundo o teólogo sueco Bengt Hägglund, “Cristo é a Palavra divina que procedeu da

razão de Deus quando este último criou o mundo”. Ou seja, quando Deus disse “haja luz”, nasceu o *Logos*, que é Cristo. Por isso, “Cristo é *um* com Deus sendo ainda distinto do Pai”. Tertuliano gostava de usar alegorias para esclarecer seus argumentos, e por isso explicava a subordinação do Filho ao Pai ilustrando que, Cristo “procedeu da essência de Deus como os raios emergem do sol, as plantas de suas raízes, ou o rio de sua fonte. Portanto, o Filho está subordinado ao Pai”. Com essa explicação, Hägglund quer indicar que Tertuliano emprega a expressão “subordinacionismo”, ressaltando “enfaticamente que o Filho e o Espírito Santo são um com o Pai, mas ao mesmo tempo algo diferente do Pai” (HÄGGLUND, p. 45).

Em sua obra “*Contra Práxeas*”, Tertuliano escreveu que “o Pai não é o Filho; ele é maior do que o Filho; pois aquele que gera é diferente daquele que nasce; o que envia é diferente do que é enviado” (HÄGGLUND, p. 45). Por isso “o Pai continua sendo a fonte suprema e governante sobre tudo, embora sempre tenha consigo o Verbo e o Espírito e os envie para o mundo como seus agentes, sem perdê-los pela divisão ou separação” (OLSON, p. 98).

A teologia posterior a Tertuliano não aderiu completamente ao seu pensamento subordinacionista. Olson lembra que “talvez por se desviar para o montanismo, a contribuição de Tertuliano nessa área foi deixada de lado ou foi quase toda esquecida”. Mas, sua teologia não foi totalmente descartada, e “o resultado final da doutrina formal da Trindade nos concílios e pelos credos dos séculos IV e V chegaram muito perto das formulações que Tertuliano havia feito quase 100 ou 150 anos antes”, o que leva Olson a considerá-lo “pai das doutrinas ortodoxas da Trindade e pessoa de Jesus Cristo” (OLSON, p. 93).

Orígenes de Alexandria

Assim como Tertuliano, Orígenes de Alexandria (185 – 254 d.C.) foi muito importante do desenvolvimento de uma doutrina formal da Trindade. Berkhof considera que ele foi mais longe na direção do pensamento subordinacionista de Tertuliano, “ensinando explicitamente que o Filho é subordinado ao Pai *quanto à essência*, e que o Espírito Santo é subordinado até mesmo ao Filho”. Berkhof também acredita que Orígenes “desacreditou a divindade essencial dessas duas pessoas do Ser Divino e forneceu um ponto de partida aos arianos, que negavam a divindade do

Filho e do Espírito Santo, apresentando o Filho como a primeira criatura do Pai, e o Espírito Santo como a primeira criatura do Filho” (BERKHOF, p. 79). Seus ensinamentos ambíguos a respeito de Deus, da Trindade e de Jesus Cristo deixaram um legado perturbador que acabou irrompendo numa guerra civil dentro da igreja.

Orígenes opôs-se a Tertuliano rejeitando a ideia de que o Logos, Cristo, “apareceu pela primeira vez quando da criação”. Para Orígenes, “o Logos preexistiu eternamente de modo independente”, ou seja, sempre existiu, “não foi criado no tempo; nasceu de Deus na eternidade” (HÄGGLUND, p. 55). Mas, apesar de “afirmar e asseverar, em termos bem claros, a divindade absoluta do Logos que se tornou Jesus Cristo como eterna e igual à do Deus Pai”, Orígenes reduziu o Logos “a algo inferior ao Pai” e o Espírito Santo “foi negligenciado, e quase que totalmente desconsiderado” nas suas “cogitações trinitárias”. A alegação de Orígenes, é que o Pai é a “fonte de toda a deidade e que eles [o Logos e o Espírito Santo] derivam do Pai toda a sua existência e virtudes divinas”. E Orígenes explica essa subordinação dizendo que “o Salvador e o Espírito Santo superam todas as criaturas incomparavelmente, de uma maneira totalmente transcendente, mas que são superados pelo Pai da mesma forma ou ainda mais do que superam os outros seres” (OLSON, p. 110-112). Ao mesmo tempo, parecia contradizer-se afirmando que, “nada na Trindade pode ser chamado maior ou menor, posto que a fonte da deidade, por si só, contém todas as coisas pelo seu verbo e razão, e pelo Espírito da sua boca santifica todas as coisas que são dignas de santificação”.

A maior contribuição de Orígenes para o desenvolvimento da doutrina da Trindade está na sua definição de Deus. “A doutrina de Deus segundo Orígenes é uma das mais plenamente desenvolvidas e complexas da história da teologia cristã”. Pois foi “um dos primeiros a oferecer uma explicação sistemática da crença cristã a respeito de Deus e de Jesus Cristo e do relacionamento entre eles”. Porém, ao mesmo tempo em que é tão complexa, é também tão desconcertante. A influência helenista na sua definição de Deus tornou o seu pensamento “instável”, e daí muitas questões surgiram, conduzindo o próprio Orígenes a “contradições tão frustrantes”, que alguns séculos depois de sua morte, “tanto os aqui-hereses quanto só campeões da ortodoxia apelaram a ele como mentor e encontraram nos seus escritos declarações em seu favor” (OLSON, p. 110). “Os teólogos que alegavam ser seus seguidores”, e

que se chamavam “*origenistas*”, “realmente caíram em muitas heresias depois da morte de Orígenes e, no fim, praticamente todas as heresias condenadas pela igreja católica ortodoxa acabaram sendo atribuídas a Orígenes, quer tivessem alguma conexão com ele ou não”. Provavelmente foram essas heresias que contribuíram para que um concílio no século VI condenasse Orígenes como herege, envolvendo-o “em todos os tipos de rixas político-teológicas” (OLSON, p. 114).

Na Unidade 2 daremos sequência ao tema aqui iniciado.

LEITURA SUGESTIVA - LIVRO

[Para uma compreensão mais apurada sobre a Trindade nos primeiros séculos da era cristã, ver os capítulos 8 e 9 do livro: **A TRINDADE**. Tatuí, SP: 2003. Casa Publicadora Brasileira]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNIDADE 1 teve como principal objetivo dar uma definição do tema Trindade. O termo Trindade significa literalmente “tri-unidade” ou “três-em-unidade”, e não é encontrada na Bíblia, e, em nenhum lugar das Escrituras sua doutrina é declarada de forma explícita. A doutrina da Trindade ensina a existência de Deus como “três pessoas em uma essência”, ou seja, três pessoas distintas que compartilham de uma única e mesma natureza divina embora de maneira diferente.

Outra preocupação foi apresentar os principais personagens que contribuíram no desenvolvimento e formação da doutrina. Entre eles, Tertuliano de Cartago e Orígenes de Alexandria.

O trabalho apresentou os conflitos e controvérsias sobre a Trindade no período inicial da igreja cristã. Tertuliano foi o primeiro a fazer uso da palavra *Trindade*, e foi também o primeiro naquela época “a formular a doutrina”.

HORA DE REVISAR

O estudo mostrou que a Trindade teve um desenvolvimento semelhante ao da Teologia Cristã no geral. A teologia nasceu à medida que os herdeiros dos apóstolos começaram a refletir sobre os ensinamentos de Jesus e deles a fim de explicá-los em novos contextos e situações e resolver controvérsias quanto à crença e condutas cristãs. Da mesma forma, a doutrina da Trindade se desenvolveu à medida que

teólogos cristãos procuravam explicar a natureza de Deus e a deidade de Jesus e, às vezes do Espírito Santo, “de maneira inteligível e atraente”.

Alguns desses teólogos cristãos, no intuito de desenvolverem um pensamento cristão distinto da teologia e adoração conforme ensinados no judaísmo da época, começaram a fazer especulações da crença cristã na Trindade de um só Deus e sua compatibilidade com o monoteísmo do judaísmo e do platonismo

REFERÊNCIAS

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Cultura Cristã, 2ª. edição, 2002.

GONZALEZ, Justo L. **E até os confins da terra: uma história ilustrada do Cristianismo**, vol. 1: *A Era dos Mártires*. São Paulo: Vida Nova, 1995.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática: atual e exhaustiva**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HAGGLUND, Bengt. **História da Teologia**. Porto Alegre: Editora Concórdia, 2017.

OLSON, Roger E. **História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas**. São Paulo: Vida, 2001.

THIESSEN, Henry Clarence. **Palestras em Teologia Sistemática**. São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1987.

UNIDADE 2 – ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A TRINDADE – PARTE 2

Objetivos:

- Dar continuidade aos aspectos históricos sobre a Trindade.
- Ampliar o desenvolvimento da doutrina da Trindade.
- Apresentar os principais defensores da doutrina da Trindade.

Atanásio, o Defensor da Trindade

Por volta do terceiro século, a igreja cristã já se encontrava “organizada”. Já existiam algumas construções, como é o caso de “uma catedral cristã próxima ao palácio imperial”, bispos governavam a igreja com autoridade, “a liturgia cristã padronizava-se, existia um credo para avaliar a ortodoxia e, para todos os fins práticos, a igreja tinha sua Bíblia autorizada”, observa Olson. O que ainda não havia cessado eram as perseguições, apesar de que agora aconteciam cada vez em menor

escala. Nesse processo de estruturação, o cristianismo se fortalecia, tornando-se significativo e permanente em Roma. “Por volta de 310, o cristianismo era forte”, continua Olson, pois sobrevivera às “perseguições e execuções em massa e conseguiu edificar templos, desenvolver uma eclesiologia hierárquica, consolidar suas crenças e alcançar todas as cidades importantes no império inteiro” (OLSON, p. 140 - 142). Entretanto, o evento marcante nessa época foi sem dúvida, a “conversão” do imperador Constantino ao cristianismo.

LEITURA SUGESTIVA - LIVRO

[Para um estudo sobre a vida de Constantino ver o livro: **O IMPERADOR CONSTANTINO: AS SURPREENDENTES CONTRIBUIÇÕES PARA O CRISTIANISMO**. Joinville, SC: 2019. Editora Clube de Autores]

Depois de tomar o trono do império, Constantino proclamou o chamado Édito de Milão, que declarava oficialmente a “tolerância imperial do cristianismo”, e ainda depois desse, “promulgou uma série de éditos que restauravam aos cristãos os seus bens e, paulatinamente, começou a favorecer os cristãos e o cristianismo mais do que as demais religiões” (OLSON, p. 142).

É nesse contexto que surge dois importantes personagens os quais foram o centro da discussão que resultou no “primeiro concílio ecumênico (universal) a fim de dirimir conflitos doutrinários e eclesiásticos” (OLSON, p. 143). Um é considerado um herói na defesa da fé cristã, e o outro, o maior herege que a igreja cristã enfrentou nos primeiros séculos. O primeiro foi Atanásio, jovem bispo de Alexandria e defensor da doutrina ortodoxa trinitária. O segundo foi Ário, um sacerdote alexandrino que contestou a “plena eternidade divina ao Filho”, atribuída por Orígenes (JENSON, 1990, p. 140).

Ário de Alexandria ganhou destaque no cenário cristão quando liderou uma rebelião contra um bispo de Alexandria chamado Alexandre. Ário reuniu um grupo de cristãos e saiu às ruas protestando contra um sermão pregado pelo bispo alexandrino, onde alegara ter “detectado na teologia do bispo um pequeno vestígio da antiga heresia modalista de Práxeas e Sabélio que reduzia o Pai, o Filho e o Espírito Santo a meros nomes ou aspectos de uma única pessoa divina: Deus”. Continuando em seu protesto, Ário “começou a pregar sermões, dar preleções e escrever cartas criticando

a teologia e a liderança de Alexandre”. O resultado foi que, o conflito entre os dois se estendeu e deu-se início a uma “guerra” teológica e eclesiástica entre seus seguidores, e provocou os maiores conflitos do século IV (OLSON, p. 145).

Em sua teologia, Ário “sustentava que o Pai é o único ser divino absolutamente sem começo; o Filho e o Espírito Santo, através de quem Deus cria e recria, foram criados do nada antes que o mundo fosse”. Sobre a divindade de Cristo, Ário tinha um conceito absurdo e totalmente contrário as Escrituras. Alegava que “Cristo foi chamado Deus, porque ele é o seguinte em relação a Deus e dotado por Deus de poder de criar” (STRONG, p. 489). Somente o Pai é “sem princípio” e o Filho, “embora seja uma criatura grandiosa que compartilha de muitos dos atributos de Deus, não existia antes de ser gerado pelo Pai”. Em suas argumentações contra a divindade de Cristo, Ário acabou questionando a imutabilidade de Deus, de acordo com Olson, alegando que, “se o Filho de Deus é verdadeiramente Deus, logo, Deus não pode ser imutável, conforme todos creem que ele é, porque o Filho passou por mudanças ao entrar na história e sofrer na carne de Jesus Cristo” (OLSON, p. 151-152). E declarou que o Pai somente teria se tornado Pai com a criação do Filho. Segundo Hägglund, as argumentações de Ário partiam devido ao seu “conceito filosófico de Deus”, por isso insistia em afirmar que “não era possível a Deus conferir sua essência a qualquer outro, em virtude do fato de ser uno e indivisível”. Sendo assim, “não se pode conceber que o Logos ou o Filho pudesse ter chegado a existir a não ser por um ato de criação”. Sua conclusão é que Cristo só poderia ser um “ser intermediário”, menos do que Deus e mais do que homem. E por fim, “negava a preexistência do Filho em toda a eternidade, e lhe conferia atributos divinos apenas em sentido honorífico” (HÄGGLUND, p. 63).

O imperador Constantino ficou sabendo dos conflitos envolvendo Ário e o então bispo Alexandre, e que estes conflitos estavam causando divisões na Igreja. O imperador não se agradou em pensar nos resultados que estes conflitos poderiam trazer ao seu império, e imediatamente tomou uma “medida extrema”, ordenando “que todos os bispos cristãos, de todas as partes do império comparecessem a uma reunião convocada para dirimir essa disputa doutrinária e decidir exatamente o que os cristãos deveriam crer para serem considerados cristãos autênticos” (OLSON, p. 153). Daí

aconteceu em 325 o primeiro concílio ecumênico da igreja cristã, chamado de Concílio de Nicéia.

O Concílio de Nicéia durou dois meses e tratou de muitas questões que atormentavam a igreja em relação à fé cristã, mas o principal motivo do concílio foi resolver a questão ariana sobre a Trindade. Eusébio, conhecido como o Pai da história da Igreja, no início do Concílio ofereceu um credo de acordo que usava a linguagem da Escritura em vez dos termos filosóficos usados por Atanásio. Os seguidores de Atanásio perceberam que dar um voto para Eusébio era o mesmo que dar um voto para Ário, porque a Bíblia não confirma nada a respeito da doutrina da Trindade. A proposta de Eusébio, entretanto, foi rejeitada. E o imperador Constantino, embora ignorante com relação aos fatos teológicos que estavam então em discussão, mas ansioso por alcançar a unidade da Igreja, apoiou Atanásio, propondo a formulação de um credo “unificante e compulsório que resumisse a fé antiga da igreja”. E foi o que aconteceu. “O próprio imperador Constantino propôs que o novo credo incluísse a afirmação de que o Filho é *homoousios* – consubstancial – com o Pai”. Essa sugestão foi aceita pela maioria dos bispos, e assim ficou aceito que o Pai e o Filho de Deus são “uma só substância” ou “um só ser”.

Os arianos, porém, contestaram, alegando que, uma vez que a “palavra grega *ousia* podia significar uma coisa subsistente individual, como uma pessoa, dizer que o Pai e o Filho são *homoousios* podia ser interpretado como uma declaração de que eram idênticos em todos os sentidos, inclusive de serem a mesma pessoa em disfarces diferentes”, o que significaria cair no modalismo e no sabelianismo. O imperador e os bispos a favor da decisão do Concílio não deram créditos às discordâncias dos arianos. “Afirmar que o Pai e o Filho são *homoousios* simplesmente significava para a maioria dos bispos que todos compartilhavam dos mesmos atributos essenciais da deidade”. Logo, “se o Pai é eterno, assim também o é o Filho. Se o Filho é onipotente, assim também o é o Pai e assim por diante” (OLSON, p. 158).

O resultado do Concílio de Nicéia foi o chamado “Credo de Nicéia”. O imperador Constantino organizou uma equipe de bispos para redigirem o texto e assinarem o credo, que, conforme escreve Olson, assim ficou elaborado:

Cremos em um só Deus Pai onipotente, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; em um só Senhor Jesus Cristo, o

Filho de Deus, gerado de seu Pai, unigênito, isto é, da substância do Pai, Deus de Deus, luz de luz, Deus verdadeiro do verdadeiro Deus, gerado, não feito, consubstancial [*homoousios*] com o Pai, por quem todas as coisas vieram a existir, tanto no céu como na terra, que por nós homens e pela nossa salvação desceu e encarnou, tornou-se humano, padeceu e ao terceiro dia ressuscitou e subiu ao céu e virá para julgar os vivos e os mortos; e no Espírito Santo (OLSON, p. 159).

O terceiro artigo, sobre o Espírito Santo não foi incluído neste concílio, e somente mais tarde, no segundo concílio, o de Constantinopla em 381, é que foi acrescentado. Ao fim do credo de Nicéia, foi acrescentada uma breve declaração, “anátema”, explicando a heresia ariana que foi refutada no concílio: “aqueles que dizem que houve um tempo quando ele [o Filho de Deus] não existia, e antes de ser gerado ele não existia, e que foi criado daquilo que não existia, ou dizem que o Filho de Deus é criado ou mutável, todos estes são condenados pela igreja universal”. E o resultado não podia ser outro, Ário, que antes já havia sido excomungado por defender sua heresia antitrinitária, pelo bispo Alexandre em Alexandria, após Nicéia foi condenado como herege por introduzir “ideias politeístas e a adoração à criatura” e por destruir “a base da salvação” negando a “divindade de Cristo”. Também uma boa parte de seus seguidores, “os mais intransigentes”, foram destituídos de seus cargos e seus livros queimados publicamente (HÄGGLUND, p. 64).

Depois do Concílio de Nicéia, aos poucos o arianismo foi reaparecendo. O imperador Constantino, pressionado por alguns bispos arianos, começou a mudar de partido no assunto e chegou a pensar em mudar o credo e até mesmo a restaurar Ário e os seguidores. E ao que parece, o imperador Constantino chegou mesmo a restaurar Ário e alguns de seus seguidores aos seus postos em 332, mas ao tentar retomar as decisões do Concílio de Nicéia e tentar reescrever o Credo, um defensor da fé trinitária colocou-se em seu caminho. Trata-se de Atanásio, que havia participado do concílio em Nicéia como assistente do bispo Alexandre. Atanásio assumiu o cargo de bispo de Alexandria no lugar de Alexandre, após a morte deste em 328 e tornou-se “o mais zeloso defensor da fé, no conflito da igreja contra o arianismo e o poder imperial que apoiava os heréticos” (HÄGGLUND, p. 67).

Para combater o arianismo, Atanásio desenvolveu a doutrina eclesiástica da Trindade e do Logos procurando combinar a doutrina da Trindade com o conceito da

salvação operada por Cristo. Seus principais argumentos contra Ário evidenciam bem isso. Häggglund apresenta alguns dos principais argumentos de Atanásio contra o arianismo, escrevendo que, primeiro, Atanásio questionou sobre Cristo como agente da salvação: “se Ário está certo quando diz que Cristo é apenas um ser criado, e não da mesma substância do Pai, a salvação não seria possível. Pois apenas Deus pode salvar, ele desceu até nosso nível a fim de nos elevar até ele”; segundo “a doutrina de Ário implica no culto à criação e na fé em mais de um deus” (HÄGGLUND, p. 68).

Após a morte de Constantino, seu filho Constâncio, que queria a paz através da “uniformidade”, sugeriu que o termo *homoousios*, que havia sido imposto por seu pai, deveria ser substituído por *homoiousios*, que significa “de substância semelhante”. Essa ideia agradou alguns arianos e muitos semi-arianos, e até mesmo a muitos trinitários. Mas, segundo Olson, “Atanásio resistiu com teimosia à mudança e até mesmo a condenou como heresia e equiparou com o anticristo os que a apoiavam”. Pois, para Atanásio, escreve Olson, “a própria salvação depende de o Filho de Deus ser o próprio Deus e não meramente uma grandiosa criatura ‘semelhante a Deus’” (OLSON, p. 168).

Procurando por um fim a essa questão por conta própria, Atanásio convocou um concílio em Alexandria, mas este não foi aceito como concílio ecumênico devido que muitos bispos de destaque na igreja e nem o imperador Constâncio compareceram. Olson considera que mesmo assim, esse “Sínodo” foi de grande importância para a igreja porque preparou o caminho para o Concílio de Constantinopla em 381. Os bispos que estiveram presentes juntamente com Atanásio “reafirmaram *homoousios* como a única descrição apropriada do relacionamento entre o Filho e o Pai e rejeitaram explicitamente como heresias tanto o *homoiousios* semi-ariano como o sabelianismo” (OLSON, p. 170).

Com a ajuda de seus amigos Basílio de Cesária, Gregório Nazianzeno e Gregório de Nissa (eram chamados pais capadóciotes porque vieram da região da Capadócia na Ásia Menor central (atual Turquia), e ali exerceram seus cargos eclesiásticos), Atanásio propôs “uma declaração explicativa no sentido de o Pai, o Filho e o Espírito Santo serem três *hypostases* distintos, mas não separados, do único Deus”. E nesse caso, *hypostases*, palavra grega, pode significar ou “subsistência individual” (como uma pessoa) ou “substância comum” (como natureza humana). Os pais capadóciotes

aprovaram e esta declaração foi de grande importância na formulação oficial da doutrina da Trindade no concílio de Constantinopla (OLSON, p. 170).

Uma outra contribuição importante de Atanásio para a teologia foi a inclusão explícita do Espírito Santo no relacionamento trinitário. Atanásio ensinava que o Espírito Santo também é da “mesma essência” que o Pai e o Filho, e não um espírito criado. Para Atanásio, segundo Hägglund, “o homem se torna como Deus através da operação do Espírito Santo. A renovação não seria ato genuíno de salvação se o Espírito Santo não fosse da própria essência de Deus”. Atanásio sustentava que “a atividade externa do Deus trino não está dividida; o que quer dizer que o Pai, o Filho e o Espírito Santo todos trabalham juntos” (HÄGGLUND, p. 70). E mesmo quando morreu em 373, antes que acontecesse o Concílio de Constantinopla em 381, as convicções de Atanásio não foram esquecidas. Seus amigos, os pais capadócijs, levaram adiante sua obra e foram eles que desenvolveram a formulação que deu à doutrina da Trindade sua forma final, incluindo o papel do Espírito Santo, a natureza das três pessoas e sua unidade na Divindade.

A teologia dos pais capadócijs triunfou definitivamente como verdadeira posição sobre o arianismo e o modalismo. Hägglund observa que, “enquanto Atanásio salientava vigorosamente a ideia de ‘uma substância’ e partia deste ponto para sua descrição da Trindade, os capadocijs partiam da ideia de ‘três pessoas distintas’ e desenvolviam uma terminologia que descreve tanto a unidade como a Trindade”. Os pais capadócijs também esclareceram a diferença entre as palavras gregas *ousia* (essência) e *hypostases* (pessoas). E assim declararam que, “quando o conceito de *hipóstase* é empregado na doutrina da Trindade, indica-se por ele que as três Pessoas possuem suas próprias qualidades e atributos peculiares, pelos quais se distinguem uma da outra e aparecem cada uma em sua forma especial de existência” (HÄGGLUND, p. 71-72. Ou seja, como explica Erickson, os capadócijs alegavam que “cada uma das *hipóstases* é a *ousia* da Divindade que se distingue pelas características ou propriedades peculiares a ela, assim como cada ser humano possui características únicas que os distinguem de outros seres humanos”. E assim concluíram que, “embora os três membros da Trindade possam ser distinguidos numericamente como pessoas, eles são indistinguíveis em sua essência ou substância. Eles são

distinguíveis como pessoas, mas são um e inseparáveis em sua existência” (ERICKSON, p. 135-136).

Mas nem tudo foi perfeito na teologia dos capadócius. Olson escreve que “eles se prenderam demais às especulações a respeito da Trindade imanente (os relacionamentos intratrinitários na eternidade), ao passo que o NT se restringe à Trindade econômica (as três pessoas ativas na história da salvação)” (OLSON, p. 198.

O trinitarianismo não se tornou a dominante e “ortodoxa” doutrina do cristianismo até que Teodósio tornou-se imperador em 379 d.C. Teodósio foi o imperador que fez do cristianismo a religião estatal. Ele convocou um Concílio em Constantinopla, que se reuniu em 381 d.C. e foi assistido por cerca de cento e cinquenta bispos do oriente. No credo adotado, o trinitarianismo foi feito doutrina oficial da Igreja nas fronteiras do império. Todos os que discordaram foram expulsos de seus púlpitos e excomungados de suas Igrejas. Este foi o segundo concílio ecumênico, e “coroou” os esforços de Atanásio e dos pais capadócius condenando de vez todos os tipos de subordinacionismo e sabelianismo ou modalismo, ao reescrever o *Credo de Nicéia*, incluindo um “terceiro artigo” a respeito do Espírito Santo e da Igreja, que assim ficou escrito:

Creio em um só Deus Pai, *todo-poderoso*, Criador do céu e da terra, de *todas as coisas* visíveis e invisíveis.

Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho *unigênito* de Deus, gerado do Pai *antes de todos os séculos*: Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, *consustancial* ao Pai. Por ele todas as coisas foram feitas. E por nós, homens, e para a nossa salvação, desceu dos céus: *e se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria*, e se fez homem. Também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; *padeceu* e foi sepultado. Ressuscitou ao terceiro dia, *conforme* as Escrituras, e subiu aos céus, onde *está sentado* à direita do Pai. E de novo há de vir, em sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e seu reino terá fim.

Creio no Espírito Santo, Senhor, que dá a vida, e procede do Pai (*e do Filho*); e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: ele que falou pelos profetas.

Creio na Igreja, uma, santa, católica e apostólica. *Professo* um só batismo para remissão dos pecados. E *espero* a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há de vir. Amém. (OLSON, p. 199-200).

No Concílio de Constantinopla “o *Credo de Nicéia* tornou-se a declaração universal de fé, obrigatória para todos os clérigos cristãos”. Houve ainda mais dois concílios ecumênicos, o Concílio de Éfeso em 431 e o Concílio de Calcedônia em 451. Embora

nada tenha sido acrescentado para o desenvolvimento da doutrina da Trindade, o Concílio de Calcedônia destacou-se na história por concluir a explicação sobre a natureza de Jesus. A questão principal era como os cristãos deveriam explicar e expressar a humanidade e a divindade de Cristo (OLSON, p. 202).

Essa fórmula da doutrina da Trindade elaborada por Atanásio e confirmada pelos Pais Capadócijs definiu o conceito trinitário na teologia oriental. Na teologia ocidental, o responsável pela formulação de uma doutrina ortodoxa da Trindade foi Agostinho. Durante toda a sua vida como cristão Agostinho meditou sobre a doutrina da Trindade, buscando explicar a doutrina aos interessados e defendê-la contra os ataques dos opositores.

Agostinho de Hipona

O principal problema na teologia dos Pais Capadócijs era referente à unidade da essência divina, o que caracterizava o ponto de vista da teologia oriental, com seu conceito mais “exaltado” e abstrato de Deus. Ao contrário, “Agostinho, que representa o ponto de vista ocidental”, diz Hägglund, “desenvolveu sua posição trinitária com base na única essência divina” (HÄGGLUND, p. 73).

O que Agostinho fez foi tentar esclarecer, inteiramente baseado nas Escrituras, que a unidade divina é constituída de tal modo que inclui as três pessoas, e que o caráter trino de Deus está implícito nesta unidade. Em Agostinho, a unidade é colocada em primeiro plano de forma que todo tipo de subordinacionismo é excluído. Tudo que é atribuído a Deus é igualmente atribuído a cada uma das três pessoas. Pai, Filho e Espírito Santo são simultaneamente distintos e coessenciais. Cada um deles é Deus, e os três são um só Deus. Com essa teologia, Agostinho forneceu a base para o Credo Atanasiano, o último dos três credos ecumênicos (O Credo Atanasiano não foi escrito por Atanásio, é mais provável que por um discípulo do próprio Agostinho. Foi escrito contra os arianos e se baseia na teologia de Agostinho, e foi escrito em forma de hino por volta do quinto ou sexto século (ver HÄGGLUND, p. 74).

Agostinho é considerado uma das mentes mais criativas na história da teologia cristã. É também um dos nomes mais importantes quando se fala na doutrina trinitária, porque foi ele quem deu forma definitiva à posição acerca da doutrina oficial ortodoxa da Trindade. Além da teologia, Agostinho ocupa também lugar de destaque nos

campos da filosofia, literatura, governo eclesiástico e jurisprudência. Uma de suas mais importantes contribuições para a compreensão da doutrina trinitária são suas analogias extraídas do campo da personalidade humana, onde aborda o campo da psicologia do indivíduo humano e a esfera das relações interpessoais.

LEITURA SUGESTIVA - ARTIGO

(Para saber mais sobre Agostino ler artigo: **Agostinho de Hipona e a história do cristianismo: breve estudo de sua vida, influência e teologia.** Disponível na **REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO CONHECIMENTO** <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/author/erico-tadeu-xavier>).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A UNIDADE 2 tratou de dar continuidade aos aspectos históricos, iniciados na Unidade 1 sobre a Trindade. Preocupou-se também em ampliar o desenvolvimento da doutrina da Trindade e em apresentar os principais defensores da Trindade.

O primeiro defensor abordado na Unidade 2 foi Atanásio, jovem bispo de Alexandria e defendeu fortemente a doutrina ortodoxa trinitária. Atanásio desenvolveu a doutrina eclesiástica da Trindade e do Logos procurando combinar a doutrina da Trindade com o conceito da salvação operada por Cristo. Ele foi o mais zeloso defensor da fé, no conflito da igreja contra o arianismo e o poder imperial que apoiava os heréticos.

O segundo nome em defesa da Trindade foi Agostinho. O que ele fez foi tentar esclarecer, inteiramente baseado nas Escrituras, que a unidade divina é constituída de tal modo que inclui as três pessoas, e que o caráter trino de Deus está implícito nesta unidade. Em Agostinho, a unidade é colocada em primeiro plano de forma que todo tipo de subordinacionismo é excluído. Tudo que é atribuído a Deus é igualmente atribuído a cada uma das três pessoas. Pai, Filho e Espírito Santo são simultaneamente distintos e coessenciais

HORA DE REVISAR

Após muitas discussões, debates e polêmicas (nos diversos concílios), a fórmula da doutrina da Trindade elaborada por Atanásio e confirmada pelos Pais Capadócijs definiu o conceito trinitário na teologia oriental. Ficou claro no estudo que na teologia ocidental, o responsável pela formulação de uma doutrina ortodoxa da Trindade foi

Agostinho que durante toda a sua vida como cristão meditou sobre a doutrina da Trindade, buscando explicar aos interessados e defendê-la contra os ataques dos opositores.

REFERÊNCIAS

ERICKSON, Millard J. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

HAGGLUND, Bengt. **História da Teologia**. Porto Alegre: Editora Concórdia, 2017.

OLSON, Roger E. **História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas**. São Paulo: Vida, 2001.

UNIDADE 3 - ASPECTOS TEOLÓGICOS

Objetivos:

- Apresentar as indicações que evidenciam a Trindade no Antigo Testamento.
- Mostrar textos bíblicos sobre o ensino da doutrina da Trindade no Novo Testamento.
- Esclarecer as evidências de que cada uma das três pessoas é verdadeiramente Deus.

A doutrina da Trindade é, sem dúvida, a mais misteriosa e difícil das doutrinas encontradas nas Escrituras. Por isso, explicá-la, mesmo a partir da Bíblia, é uma tarefa complicada. E o que a torna tão complexa não é somente a ausência do termo *Trindade* nas Escrituras, mas sim, a difícil empreitada de compreendê-la. Berkhof parece concordar quando diz que “a doutrina da Trindade depende decisivamente da revelação” (BERKHOF, p. 81), e que é “... um mistério, não somente no sentido bíblico de que se trata de uma verdade anteriormente oculta e depois revelada, mas também no sentido de que o homem não pode compreendê-la e não pode torná-la inteligível” (BERKHOF, p. 81). O teólogo e educador norte-americano Augustus Strong acrescenta que “a razão nos mostra a unidade de Deus; só a revelação nos mostra a sua Trindade, preenchendo os contornos desta Unidade e vivificando-a” (STRONG, p. 452).

O texto comumente usado para comprovar biblicamente a Trindade é o de 1 João 5:7: “Pois há três que dão testemunho [no céu: o Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e

estes três são um. E três são os que testificam na terra]”. Mas, infelizmente esse texto é considerado um acréscimo posterior à data original da carta. A versão da Bíblia Almeida Revista e Atualizada (ARA), de onde o versículo acima foi tirado, ainda traz o mesmo entre colchetes. Mas, algumas versões bíblicas atuais nem trazem esse texto, e outras apenas como nota de rodapé, como é o caso da Nova Versão Internacional (NVI).

Hägglund, acredita que, teologicamente, a Trindade não era ensinada nem discutida até meados do segundo século. Porém, o mais provável é que, sua “fórmula trinitária” era empregada de forma subentendida no Batismo em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo. A explicação da maneira como as três “pessoas” se relacionam entre si, é que não estava claro no pensamento dos Pais Apostólicos (HÄGGLUND, p. 13).

Toda ênfase nessa época recaía principalmente nas questões que envolviam a divindade de Cristo. Hägglund observa que os Pais Apostólicos, já no fim do primeiro século consideravam naturalmente, em seus escritos, Jesus Cristo como Ser divino (HÄGGLUND, p. 17), o que dava a subtender a ideia de um conceito trinitário. “Mas, visto que estavam igualmente convencidos de que há um único Deus verdadeiro”, diz Loraine Boettner, conhecido teólogo reformador, “surgiu a dificuldade de como reconciliar estes dois artigos fundamentais da fé” (BOETTNER, p. 92-93). Daí surgiu a questão da divindade de Cristo e sua relação com o Pai e com o Espírito Santo, dando base para a doutrina da Trindade.

O teólogo luterano Carl E. Braaten, parte desse mesmo pressuposto de que a doutrina trinitária era uma prática comum entre os primeiros cristãos, antes de se tornar uma questão teológica. “As bênçãos nas epístolas do Novo Testamento”, diz ele, “refletem o costume epistolar, a liturgia e, sem dúvida, o estilo pessoal” dos crentes da igreja primitiva. “O uso do nome trinitário é um hábito universal ao longo da vida da Igreja”, e “parece ter sido uma expressão imediata da maneira como os crentes experimentavam Deus” (BRAATEN, p. 109). Do uso natural da fórmula doutrinária na liturgia, é que a Trindade passou a ser ensinada nos escritos, o que explicaria seu uso nas epístolas paulina, tanto nas saudações de abertura como nas bênçãos finais. O teólogo franciscano Leonardo Boff, da mesma forma, afirma que, “o uso frequente que

dela fez a liturgia, sem dúvida, acelerou a formulação de uma doutrina trinitária” (BOFF, p. 54-55).

A revelação de que Deus existe em três pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo foi uma revelação progressiva. Deus revelou-se primeiramente como Ser Divino e Único, para só então se revelar como um Deus triúno. Boettner, citando o Doutor Benjamim B. Warfield, diz que a tarefa inicial de Deus, como ensinada no Antigo Testamento, era fixar, firmemente, nas mentes e corações do povo de Israel a verdade fundamental da unidade da Divindade. Explicar-lhes sobre a pluralidade de pessoas dentro dessa Unidade, antes que Deus enviasse o Seu Filho para redenção e o Seu Espírito para santificação, teria sido perigoso para o progresso religioso do povo de Israel, devido à sua constante tendência para o politeísmo. “A revelação, por palavras, deve esperar pela revelação por meio dos fatos, à qual traz a necessária explicação” (BOETTNER, p. 34-35). Deus, então, levou em conta a imaturidade espiritual, e não se revelou primeiramente como triúno, mas “... revelou-Se, gradualmente, preceito após preceito, linha após linha, um pouco aqui, um pouco ali, até que o nosso entendimento estivesse preparado para receber toda a verdade” (BOETTNER, p. 36).

De qualquer forma, faz-se necessário uma abordagem da revelação da doutrina trinitária em cada uma das duas partes da Bíblia – Antigo e Novo Testamento – individualmente. “Só verificando estes elementos separadamente [...] é que a verdade da doutrina completa é desenvolvida de forma satisfatória”, já que “a doutrina é apresentada nas Escrituras, não numa definição formulada, mas em alusões fragmentadas” (BOETTNER, p.31). Só quando reunidos os fragmentos e ordenados numa unidade orgânica é que se pode compreender o seu significado completo. Não se trata apenas da intenção de provar a existência da doutrina, visto que esta é razão da “autorrevelação” de Deus, mas o que se verá a seguir é somente uma forma de explicá-la melhor ou, até mesmo de expor uma base para sustentá-la com um grau maior de confiança.

No Antigo Testamento

O Antigo Testamento não traz uma revelação completa da doutrina da Trindade, como já foi esclarecido, mas apenas uma leve indicação que coincide perfeitamente com a revelação mais completa no Novo Testamento.

O texto bíblico de Gênesis 1:26 diz: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança”. Erickson comenta que, nessa passagem, o plural aparece tanto no verbo “façamos” como no sufixo possessivo “nossa”. O mesmo pode ser visto em Isaías 6.8, onde este ouviu o Senhor dizendo: “A quem enviarei, e quem há de ir por *nós*?”. “O que é significativo do ponto de vista da análise lógica é a *mudança* do singular para o plural”, completa Erickson. Em todas as duas passagens “Deus é citado usando um verbo no plural em referência a si mesmo”. Essa *mudança* também pode ser observada em *Gênesis* 1.26 quando diz: “Também disse [singular] Deus: Façamos [plural] o homem à nossa [plural] imagem”, e da mesma forma em Isaías 6.8: “A quem enviarei [singular], e quem há de ir por nós [plural]?” (ERICKSON, p. 131). Essa mesma pluralidade pode ser observada em muitas outras passagens, por exemplo: “Eis que o homem se tornou como um de *nós*, conhecedor do bem e do mal” (*Gênesis* 3.22), e “Vinde, *desçamos* e *confundamos* ali a sua linguagem” (*Gênesis* 11.7). Sendo assim, “a melhor explicação é que já nos primeiros capítulos de *Gênesis* temos uma indicação da pluralidade de pessoas no próprio Deus. Não sabemos quantas são as pessoas, e nada temos que se aproxime de uma doutrina completa da Trindade, mas implica-se que há mais de uma pessoa”.

No Antigo Testamento também se encontram várias passagens onde uma pessoa é chamada “Deus” ou “Senhor”, e ao mesmo tempo distingue-se de uma outra pessoa também chamada de Deus. Por exemplo, Salmos 45:6-7, que de acordo com a Nova Versão Internacional, diz: “O teu trono, ó Deus, subsiste para todo o sempre [...] Amas a justiça e odeias a iniquidade; por isso Deus, o teu Deus, escolheu-te dentre os teus companheiros”. Aqui, duas pessoas distintas são denominadas “Deus” (hebraico *Elohim*). E o autor da carta aos Hebreus, no Novo Testamento, refere-se a Cristo citando esta mesma passagem (*Hebreus* 1:8). Semelhante acontece em Salmos 110:1, onde Davi fala: “Disse o SENHOR ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés”. No Novo Testamento, citando essa mesma passagem, “Jesus corretamente entende que Davi se refere a duas pessoas distintas como ‘Senhor’ (*Mateus* 22:41-46), mas quem é o ‘Senhor’ de Davi senão o próprio Deus? E quem poderia dizer a Deus ‘Assenta-te à minha direita’, exceto alguém que também seja plenamente Deus?

Ainda no Antigo Testamento, outras evidências de três pessoas distintas em Deus, podem ser subentendidas em diversas passagens sobre o “Anjo do Senhor”, onde às vezes é identificado como o próprio Deus, e às vezes distingue-se dele, sendo chamado de “Deus” ou “SENHOR”. A tradução da palavra hebraica “mal’ak” significa literalmente “mensageiro”, mas em algumas passagens (Gênesis 16:3; Êxodo 3:2-6; 23:20-22; Números 22:35 e 38; Juízes 2:1-2; 6:11 e 14) deixa claro tratar-se de uma pessoa distinta e plenamente divina. Algumas passagens que também testificam essa distinção de pessoas são Salmos 33:6; 45:6 e 7 e Provérbios 8:12-31 onde falam da personificação da Palavra e da Sabedoria de Deus. À luz do Novo Testamento, essa Pessoa distinta é interpretada como sendo Jesus, visto que recebe títulos divinos e adoração divina, e, de acordo com Êxodo 23:21, ao que tudo indica, tinha poder para perdoar pecados: “Guarda-te diante dele, e ouve a sua voz, e não te rebeles contra ele, porque não perdoará a vossa transgressão; pois nele está o meu nome”. No Novo Testamento, este poder e autoridade são atribuídos ao Senhor Jesus Cristo (Marcos 2:5).

No Novo Testamento

No Novo Testamento, uma das passagens mais importante como declaração da doutrina trinitária é a Grande Comissão, principalmente, a fórmula batismal, conforme dada por Jesus em Mateus 28:19: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”. Erickson considera este texto como “... o uso mais importante do nome trinitário no Novo Testamento”, e observa que nesta fórmula batismal, assim como em algumas outras passagens no Novo Testamento, “as três pessoas são associadas em unidade e aparente igualdade”, evidência disto está na ideia de que, “nome”, da forma que está no texto de Mateus, “é singular, embora haja o envolvimento de três pessoas” (ERICKSON, p. 132).

Além dessa fórmula batismal e da bênção paulina em 2 Coríntios 13:3, no Evangelho escrito pelo apóstolo João, também há indícios significativos de uma doutrina trinitária. Basta observar passagens como 1:33-34; 14:16 e 26; 16:13-15; 20:21-22, onde a fórmula trinitária aparece repetidas vezes.

Grudem chama a atenção para as funções desempenhadas pelas pessoas na Trindade, na passagem do batismo de Jesus em Mateus 3:16-17. “Aqui, ao mesmo tempo, temos os três membros da Trindade realizando três ações distintas. Deus Pai fala de lá do céu; Deus Filho é batizado e depois ouve a voz de Deus vinda do céu; e o Espírito Santo desce do céu para pousar sobre Jesus e dar-lhe poder para o seu ministério” (GRUDEM, p. 168).

Declarações Bíblicas Da Trindade

Resumindo os dados bíblicos sobre o ensino da doutrina da Trindade, há pelo menos três declarações distintas, mas relacionadas entre si, que fornecem uma maior compreensão da doutrina. São elas: que Deus é Um; de que há três pessoas que são Deus; e, finalmente, que Deus é três pessoas.

Deus é Um

Uma das principais objeções alegadas contra a doutrina da Trindade, principalmente pelo povo judeu, é a ideia de que ela implica no triteísmo, a crença em três deuses. Isso porque a religião judaica era uma fé rigorosamente “monoteísta” e sempre optou por uma má compreensão da doutrina da Trindade. A doutrina da existência de um único e verdadeiro Deus era de grande importância na tradição judaica desde os tempos de Jesus, e tal ênfase foi inserida na doutrina cristã nos primeiros séculos, principalmente através dos apóstolos, que continuaram o ministério de Jesus. “A unidade de Deus foi revelada a Israel em muitas ocasiões diferentes e de várias maneiras”, escreve o teólogo Millard J. Erickson. “Os Dez Mandamentos, por exemplo”, observa Erickson, “começam com a declaração: ‘Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim’” (Êxodo 20:2, 3). Por isso, os cristãos primitivos do primeiro século tinham fortes razões para crerem num Deus “monoteísta” e rejeitarem todo tipo de “politeísmo”, assim como fazia o judaísmo da época, e que não é diferente do judaísmo dos dias atuais (ERICKSON, p. 128).

Crer na existência de um Deus em três pessoas, mesmo que tentando explicar que são três Pessoas distintas, era o mesmo que cair na idolatria, prática comum da mitologia grega na época e abominada pela religião judaica. Mas tanto o Antigo como o Novo Testamento ensinam a unidade de Deus de forma clara. “As Escrituras deixam

bem claro que só existe um único Deus”, diz Grudem, “as três pessoas da Trindade são um não apenas em propósito e em concordância no que pensam, mas um em essência, um na sua natureza essencial [...] Deus é um só ser. Não existem três Deuses. Só existe um Deus” (GRUDEM, p. 174).

No Antigo Testamento, a indicação mais clara da unidade de Deus é encontrada em Deuteronômio 6:4, o que alguns teólogos chamam de “Shema”= “Ouve”: “Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR”. (ARA). Esta premissa, insistindo na unidade divina, era de máxima importância para Israel, visto que, seguido do mandamento seguinte: “Amarás, pois, o SENHOR, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua força” (v. 5), era um alerta contra o politeísmo idólatra das nações circunvizinhas. Por ser ele [Deus] único, não devia haver divisão no compromisso de Israel.

Uma interpretação errada do “shema” pode ser o motivo do povo judeu não aceitar o conceito trinitário. Segundo Boettner, até os dias de hoje, os judeus são influenciados pelos ensinamentos de um judeu do século doze, chamado Moisés Maimonides. Este compilou alguns artigos de fé que foram aceitos e incorporados na liturgia judaica. Em seus ensinamentos, Maimonides substituiu no “shema”, a palavra hebraica *echad* (unidade composta, unida, traduzida na língua portuguesa por “único” na maioria das versões bíblicas) por *yachid* (unidade absoluta). A palavra “yachid” é usada em Gênesis 22:2, quando Deus diz a Abraão: “Toma teu filho, teu *único* filho”. A palavra “único”, igualmente repetida no versículo 12, expressa uma unidade absoluta. Sendo assim, fica evidente, de forma clara “... que a palavra ‘echad’ não significa uma *unidade absoluta*, mas uma *unidade unida*” (BOETTNER, p. 50-52).

No Novo Testamento, um dos destaques da unidade de Deus é a afirmação que Tiago, irmão do Senhor Jesus, faz na sua epístola quando escreve que até os demônios reconhecem que existe um só Deus, embora isso seja insuficiente para a salvação: “Crês, tu, que Deus é um só? Fazes bem. Até os demônios creem e tremem” (2:19). O apóstolo Paulo também faz sua afirmação de que há um só Deus nas suas cartas: “... visto que Deus é um só” (Romanos 3:30); “... para nós há um só Deus, o Pai” (1 Coríntios 8:6); “... há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos” (Efésios 4:5-6); “Porquanto há um só Deus...” (1

Timóteo 2:5). A conclusão é que as Escrituras, de Gênesis a Apocalipse, declaram que Deus é um só.

Os Três São Deus

A doutrina da Trindade não declara que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são três aspectos ou modos sucessivos pelos quais Deus se revela a si mesmo. O que se entende é que as Escrituras dão considerável evidência de que cada uma das três pessoas é verdadeiramente Deus.

O Pai é Deus. Tanto no Antigo Testamento como no Novo o Pai é retratado como Deus, como Senhor soberano. Por isso Erickson observa que, “a deidade da primeira pessoa, o Pai, pouco se discute” (ERICKSON, p. 129). Algumas passagens do Novo Testamento declaram nitidamente a divindade do Pai. Nas palavras do próprio Jesus: “Por aquele tempo, exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra” (Mateus 11:25); “... Porque Deus, o Pai, o confirmou com o seu selo” (João 6:27); “Subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus” (João 20:17); no testemunho de outros escritores do Novo Testamento: “... para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as coisas e para quem existimos” (1 Coríntios 8:65); “... um só Deus e Pai de todos” (Efésios 4:6); etc.

O Filho é Deus. As Escrituras estão repletas de ensinamentos acerca da divindade de Jesus. “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (João 1:1); “Cristo... o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre” (Romanos 9:5); “Porquanto, nele [Cristo], habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade” (Colossenses 2:9); “Aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus” (Tito 2:13), etc.

Outra evidência da divindade de Jesus está relacionada aos atributos que só poderiam ser atribuídos a Deus, e são igualmente conferidos a Ele. O próprio Jesus declara a Sua *Preexistência*: “Antes que Abraão existisse, EU SOU” (João 8:58); “... glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, antes que houvesse mundo” (João 17:5). Outros versículos bíblicos claramente demonstram sua *Santidade*: “Bem sei quem és: o Santo de Deus!” (Marcos 1:24); “Aquele que não conheceu pecado” (2 Coríntios 5:21); também sua *Imutabilidade*: “Jesus Cristo, ontem

e hoje, é o mesmo e o será para sempre” (Hebreus 13:8); sua *Onipresença*: “Porque, onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles”; “E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século” (Mateus 18:20 e 28:20); sua *Onipotência*: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra” (Mateus 28:18); sua *Onisciência*: “Agora, vemos que sabes todas as coisas e não precisas de que alguém te pergunte” (João 16:30); “... em quem todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos” (Colossenses 2:3); sua parte na *Criação*: “Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez”; “... o mundo foi feito por intermédio dele” (João 1:3, 10); “Pois, nele [Jesus], foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele” (Colossenses 1:16).

O próprio Jesus afirmou possuir o que pertence unicamente a Deus. Por exemplo, Ele referiu-se aos anjos de Deus como se fossem seus (Lucas 12.8,9; 15.10; Mateus 13.41). Considerava o reino de Deus e os eleitos de Deus como sendo sua propriedade (Mateus 12.28; 19.14, 24; 21.31, 43; Marcos 13.20). Também, alegou perdoar pecados, o que foi considerado como blasfêmia pelos seus ouvintes judeus, que reconheciam que somente Deus o podia fazer (Marcos 2.8-10). Ainda reivindicava possuir poder para julgar o mundo (Mateus 25.31) e reinar sobre ele (Mateus 24.30; Marcos 14.62).

O Espírito Santo é Deus. A declaração da divindade do Espírito Santo aceita pela maioria dos escritores é Atos 5:3-4, onde Pedro confronta o pecado de Ananias e Safira, declarando abertamente que mentir ao Espírito Santo é mentir a Deus: “Ananias, por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo [...] Não mentiste aos homens, mas a Deus”.

O Espírito Santo também é descrito como alguém que possui as mesmas qualidades do Pai e do Filho. Na fórmula batismal (Mateus 28:18) quanto na bênção apostólica (2 Coríntios 13:13), o Espírito Santo é colocado em igualdade absoluta com o Pai e com o Filho, como Deus, e é considerado, de maneira idêntica com Eles, como origem de todo poder e de todas as bênçãos. Atributos que pertencem a Deus são também atribuídos a Ele: *Onipresença*: “Para onde me ausentarei do teu Espírito?”

(Salmos 139:7); *Onipotência*: “Por força de sinais e prodígios, pelo poder do Espírito Santo” (Romanos 15:19); *Onisciência*: “... o Espírito a todas as coisas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus” (1 Coríntios 2:10); *Eternidade*: “... muito mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus” (Hebreus 9:14).

O Espírito Santo também é apresentado como alguém que executa as obras de Deus. Convince o mundo do pecado, da justiça e do juízo: “Quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo” (João 16:8); testifica que os crentes são filhos de Deus: “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (Romanos 8:16); concede dons à igreja: “Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas estas coisas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente” (1 Coríntios 12:11); regenera os crentes: “Não por obras de justiça, praticada por nós, mas segundo sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo” (Tito 3:5); inspira os homens a falarem no nome de Deus: “Porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (2 Pedro 1:21), etc.

Deus é Três Pessoas

A doutrina da Trindade não afirma que há em um Deus três deuses nem que três deuses são um Deus, caso o afirmasse, estaria defendendo o triteísmo, mas ao contrário, ela afirma que “... dentro de uma *substância* ou *essência* divina, há três centros de conhecimento, consciência, amor e vontade, mutuamente relacionados entre si” (ERICKSON, p. 54). Ou seja, não há três deuses em uma pessoa, mas três pessoas distintas que são um só Deus. Pai, Filho e Espírito Santo são “coeternos” e numericamente iguais em poder e glória, participando da mesma natureza e substância divina, e ainda assim, existindo sempre como pessoas distintas. Entretanto, “ainda que haja três Pessoas na Trindade, há apenas uma substância ou essência e, portanto, um só Deus”, escreve Boettner, “são um só Deus – não uma tríade, mas uma Trindade” (ERICKSON, p. 56-57).

O fato de Deus ser três pessoas indica que há em Deus três essências distintas, mas que Deus permanece sendo um. Grudem explica esclarecendo que, “o fato de

ser Deus três pessoas significa que o Pai não é o Filho; são pessoas distintas [...] o Pai não é o Espírito Santo, mas são pessoas distintas [...] o Filho não é o Espírito Santo” (GRUDEM, p.169-170). Mas isso não implica que existem três deuses. As Escrituras afirmam claramente que há um só Deus. “As três diferentes pessoas da Trindade são um não apenas em propósito e em concordância no que pensam, mas um em essência, um na sua natureza essencial... Deus é um só ser. Não existem três deuses. Só existe um Deus”, enfatiza Grudem (GRUDEM, p.174). E este único Deus existe como comunhão das três pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo.

LEITURA SUGESTIVA - LIVRO

[Para uma compreensão trinitária de Deus ver o livro: **A SANTÍSSIMA TRINDADE**. Petrópolis, RJ: 2011. Editora Vozes]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNIDADE 3 procurou apresentar as indicações que evidenciam a Trindade no Antigo Testamento. Ficou demonstrado que o Antigo Testamento não traz uma revelação completa da doutrina da Trindade, mas apenas uma leve indicação que coincide perfeitamente com a revelação mais completa no Novo Testamento.

Ainda nessa unidade preocupou-se em mostrar textos bíblicos sobre o ensino da doutrina da Trindade no Novo Testamento. No Novo Testamento, uma das passagens mais importante como declaração da doutrina trinitária é a Grande Comissão, principalmente, a fórmula batismal, conforme dada por Jesus em Mateus 28:19: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”. Além dessa fórmula batismal e da bênção paulina em 2 Coríntios 13:3, no Evangelho escrito pelo apóstolo João, também há indícios significativos de uma doutrina trinitária. Basta observar passagens como 1:33-34; 14:16 e 26; 16:13-15; 20:21-22, onde a fórmula trinitária aparece repetidas vezes.

Por último a Unidade 3 procurou esclarecer as evidências de que cada uma das três pessoas é verdadeiramente Deus.

HORA DE REVISAR

A existência da Trindade e a distinção entre as três pessoas está claramente declarada por toda a Bíblia, ou seja, no Antigo Testamento e no Novo Testamento.

Mas, visto que a doutrina da Trindade só é plenamente desenvolvida no Novo Testamento, basta recorrer a ele para uma explicação da distinção entre as pessoas divinas. A distinção fica evidente nas palavras do próprio Jesus, por exemplo, quando afirma ser o Filho de Deus: “Tudo me foi entregue por meu Pai” (Lucas 10:22); quando anuncia a vinda do Espírito Santo: “Quando, porém, vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade, que dele procede, esse dará testemunho de mim” (João 15:26); quando declara ter sido enviado por Deus: “... Eu vim de Deus e aqui estou; pois não vim de mim mesmo, mas ele me enviou” (João 8:42); quando declara que conhece o Pai e que o Pai o conhece: “Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mateus 11:27), etc. Assim, podemos confiar plenamente em um único Deus que são três pessoas distintas, mas possuindo todos os mesmos atributos da divindade.

REFERÊNCIAS

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Cultura Cristã, 2ª. edição, 2002.

BOETTNER, Loraine; WARFIELD, Benjamin B. **A Doutrina da Trindade**. Leiria/Portugal: Vida Nova, 1958.

BOFF, Leonardo. **A Trindade, a Sociedade e a Libertação**. Petrópolis: Vozes, 2ª. Edição, 1986.

BOETTNER, Loraine; WARFIELD, Benjamin B. **A Doutrina da Trindade**. Leiria/Portugal: Vida Nova, 1958.

BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. **Dogmática Cristã, volume 1**. São Leopoldo: Sinodal, 1990.

ERICKSON, Millard J. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática: atual e exhaustiva**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HAGGLUND, Bengt. **História da Teologia**. Porto Alegre: Editora Concórdia, 2017.

OLSON, Roger E. **História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas**. São Paulo: Vida, 2001.

UNIDADE 4 - ASPECTOS PRÁTICOS

Objetivos:

- Apresentar os aspectos práticos da doutrina da Trindade.
- Fazer uma reflexão sobre a Triunidade de Deus.
- Descrever o resultado da Comunhão Trinitária.

O teólogo Ricardo Barbosa de Souza observa que “... a Trindade não é um conceito meramente filosófico sem nenhuma relevância para a vida e a igreja”, ao contrário, “a Trindade determina a razão de ser do cristão enquanto pessoa, bem como define a natureza da igreja enquanto comunidade” (SOUSA, p. 62). E desta forma, uma exata compreensão de Deus como ser Pessoal, da forma que é revelado na doutrina da Trindade apresenta uma proposta prática para a vida diária cristã, principalmente no que diz respeito a todos os tipos de relacionamentos humanos.

Aspectos Práticos Gerais

A doutrina da Trindade é uma necessidade prática para uma visão correta do mundo e da vida do ser humano, tanto social quanto religiosa e, principalmente, pessoal. “Seja coerente ou confusa, seja consciente ou nunca contemplada, nossa cosmovisão determina como entendemos nós mesmos, outros seres humanos e qual o sistema de valores através do que agimos cada dia”, afirma J. Scott Horrell (HORRELL, p. 55). Basicamente, a cosmovisão é a estrutura através da qual o ser humano avalia e compreende a sua própria existência. E daí, pode-se sugerir que a partir da ideia que uma pessoa tem do Ser Divino ou ausência de tal, esta desenvolve sua “visão cosmológica” com princípios e valores de vida. E “uma cosmologia cristã é centralizada no conceito trinitário de Deus”, diz Horrell. “Portanto, a maior apologética da fé cristã é um entendimento bíblico da Santa Trindade e uma compreensão de como a cosmovisão trinitária responde às questões básicas da existência” (HORRELL, p. 58). Com tal afirmação, Horrell está querendo dizer, que, um conceito adequado a respeito de Deus como este se revela na Trindade é fundamental no que diz respeito à própria existência do indivíduo, e não somente para uma formação

teológica ou “status” na sociedade, mas para a sua vida cristã “prática”, sobretudo no que diz respeito à sua vida pessoal, comunitária e religiosa.

Outro aspecto importante que merece observação, levando em conta, o aspecto prático, é a questão sobre a salvação em Cristo. A doutrina da salvação depende muito de uma exata compreensão da doutrina da Trindade. Boettner argumenta que na Bíblia há a declaração de que “o conhecimento de Deus Pai, a fonte da redenção, de Deus Filho, que alcança a redenção, e de Deus Espírito Santo que aplica a redenção, é a vida eterna”, portanto, uma compreensão errada da doutrina Trindade pode conduzir o indivíduo a crer num deus falso, ou até mesmo, cair no triteísmo, e isso, com certeza, trará implicações à sua salvação eterna. A Trindade direciona o indivíduo a uma compreensão adequada das outras doutrinas concernentes à sua própria salvação, pois “... esta doutrina fornece a chave para todas as outras doutrinas que dizem respeito à redenção do homem”, diz Boettner. “Fora dela, doutrinas tais como a Divindade de Cristo, a encarnação, a personalidade de Espírito Santo, a regeneração, a justificação, a santificação, o significado da crucificação e da ressurreição etc., não se podem compreender. Assim, é básica de todo o plano da salvação”, diz Boettner (BOETTNER, p. 102-103). O resultado é que, mais do que apenas compreender a sua própria salvação, o indivíduo que tem um conceito claro da Trindade, também entende a natureza pessoal do Deus que lhe concede a salvação, e assim, seu relacionamento com esse Deus é fortalecido e fundamentado. “Mediante esta doutrina, o crente é habilitado a pensar claramente e com sequência das suas tríplices relações com o Deus que salva...”, conclui Boettner (BOETTNER, p. 170-171).

A doutrina da Trindade também traz um equilíbrio ao estudo da teologia. Ela fornece “um sistema teocêntrico de teologia, colocando assim, na verdadeira proporção, a obra de Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo”, esclarece Boettner. “Só este sistema nos dá um acesso adequado ao estudo da teologia, mostrando que esse acesso deve ser feito do ponto de vista do Deus Triúno e não do da segunda ou da terceira pessoa da Trindade, ou do homem, [...] deve ser teocêntrico, que não cristocêntrico ou antropocêntrico” (BOETTNER, p. 105). Sendo assim, evita-se organizar o sistema de teologia em torno somente da pessoa de Cristo ou unicamente da sua obra salvífica, ou evita -se tentar compreender a natureza de Deus

reconstruindo-o a partir do que se conhece no homem. Evita-se a fragmentação na formação de um conceito da Trindade.

É importante ainda observar que um conceito adequado da doutrina da Trindade é o que distingue o cristianismo das outras religiões. “A doutrina da Trindade é crucial para o cristianismo”, escreve Erickson. É ela quem distingue o cristianismo das outras religiões do mundo e torna a fé cristã sem igual, “... ao alegar que Deus é um, mas que, ao mesmo tempo, há três pessoas que são Deus”. Mesmo apresentando um ensino que sugere o que parece uma doutrina contraditória, ela não deixa de ser significativa para o cristianismo, pois “... se ocupa em definir quem é Deus, como ele é, como trabalha e a forma pela qual se tem acesso a ele” (ERICKSON, p. 127). Assim, “a posição que adotamos em relação à Trindade também responderá uma série de perguntas de natureza prática”, informa Erickson. “A quem devemos cultuar – apenas ao Pai; ao Filho; ao Espírito Santo; ou ao Deus triúno? A quem devemos orar? A obra de um deve ser considerada à parte da obra dos outros, ou podemos entender que, de alguma forma, a morte expiatória de Jesus também é obra do Pai?” (ERICKSON, p. 128).

Desta forma, segundo Boettner, pelo menos três falsos ensinos sobre a definição de Deus são confrontados. O ensino do *Politeísmo*, que destrói a unidade de Deus e que separa e personifica seus poderes, adorando-os isoladamente. O ensino do *Panteísmo*, de que Deus não tem existência pessoal, a não ser quando surge no consciente do homem, e, o ensino do *Deísmo*, de que Deus é um Ser ausente, operando apenas por meio de causas secretas, que não está em contato pessoal e amoroso com Sua criação, portanto, não se preocupa com as orações e anelos do ser humano (BOETTNER, p. 111-112). A doutrina da Trindade fornece ao indivíduo defesa necessária contra esses erros doutrinários.

E finalmente, a doutrina da Trindade dá fundamentos para a própria humanidade do ser humano. “Fora de uma Trindade pessoal, a própria humanidade do homem (*i.e.* as coisas que o distinguem dos animais) em grande parte carece de fundamento adequado”, afirma Horrell. “Sem o conceito da Trindade, o homem torna-se necessariamente menos do que um ser humano ou, no mínimo, menos ‘humano’ do que a grande maioria das pessoas gostariam de ser (e pressupõem que é)”, completa

Horrell (HORRELL, p. 64). É na doutrina da Trindade que o ser humano encontra sentido e significado do ser pessoa. É a partir da Trindade que “o homem se vê a si mesmo como um ser em relação, e é exatamente nesta relação com o outro que ele encontra sua pessoalidade”, afirma Ricardo Barbosa (SOUSA, p. 69). O escritor Silvino José Fritzen adiciona que “o homem começa a ser pessoa quando é capaz de relacionar-se com os outros”. Quando rompe o mundo da identidade infantil em que se move nos primeiros anos de sua vida e descobre ser capaz de estabelecer “numerosas pontes de relacionamento interpessoal com as outras pessoas”, sua humanidade é identificada e fundamentada, ele descobre que não é autossuficiente, fica latente “o encontro com o outro e com os outros para a maturação mútua da sua personalidade” (FRITZEN, p. 7).

“Em nosso século”, diz Horrell, “muitos declaram que os relacionamentos humanos são vazios, que amor é apenas produto de hormônios biológicos, e que a linguagem é sem significado, impossibilitando a comunicação com outra pessoa”. Muitas pessoas, solitárias, buscam desesperadamente por algum tipo de relacionamento em profundidade com outro ser humano. “E pelo fato do homem ser ontologicamente dependente de Deus, ele tem um alicerce intrínseco para entender que o amor (*filos* e *agape*) em si é real, para regozijar-se com amigos, para exprimir-se com palavras relacionadas, e para confraternizar nos níveis mais íntimos e transparentes uns com os outros” (HORRELL, p. 64).

O Deus Triúno é um Deus Pessoal

Segundo Boettner, “é difícil manter a independência e a autossuficiência de Deus, em qualquer outra base senão a trinitariana”. Crer num Deus “unipessoal” é quase o mesmo que defender a eternidade da matéria ou uma criação eterna e necessária para que houvesse uma relação “subjativa-objetiva”. “Pensa-se que fora duma criação, um Deus unitário seria um Ser absolutamente solitário e só, limitado em companhia, amor, misericórdia, justiça, etc., e não seria assim autossuficiente”, diz Boettner (BOETTNER, p.109). Mas, ao contrário, o Deus trinitário é verdadeiramente infinito, independente e livre sem que necessariamente esteja ligado à sua criação. Se Deus existisse como um Ser unitário e unipessoal, teria ficado sempre completamente inconcebível para nós como um Ser consciente, mas isolado e sem

companhia; um sujeito sem objeto; pessoa consciente sem ambiente; um Ser justo, porém, sem comunhão ou relação moral ou esfera de ação da Sua justiça. Onde haveria para Ele uma esfera de amor, verdade, confiança, ou sentimento de simpatia?

As três pessoas da Trindade se relacionam em perfeita comunhão sem que esta relação pessoal interfira na essência de cada uma. O teólogo franciscano Leonardo Boff acrescenta que “a distinção entre as pessoas é real, por isso uma não é a outra, embora uma esteja sempre relacionada com as outras” (BOFF, p. 106). São três pessoas iguais em essência, mas, embora agindo em unidade, são distintas em suas funções. Mas “As pessoas da Divindade, sendo uma única, têm uma só vontade”, nota o escritor A. W. Tozer. “Trabalham sempre juntas; e nenhum ato, por menor que seja, é feito por umas delas sem a concordância das outras duas. Todo ato de Deus é realizado pela Trindade na Unidade” (TOZER, p. 31). Uma comunicação perfeita é mantida e a unidade é preservada.

Como Se Relacionam As Pessoas Na Trindade

Segundo Ricardo Barbosa, na Trindade, o que se encontra não é “... a solidão do Uno, mas a comunhão dos três” (SOUZA, p. 61). Essa relação de comunhão não descaracteriza os três, ao contrário, a relação os define. Uma contribui para a unidade da outra. A comunhão a mais completa e a participação a mais absoluta e eterna fazem com que exista um único Deus. Por isso, a relação que elas mantêm não traz qualquer implicação quanto à unidade das três pessoas.

Mas, podemos falar de subordinação funcional entre as pessoas da Trindade. Segundo Boettner, “esta subordinação do Filho ao Pai, e do Espírito ao Pai e ao Filho, não diz respeito à sua vida essencial adentro da Divindade, mas tão somente aos seus modos de operação, ou à sua divisão de tarefas na criação ou redenção” (BOETTNER, p. 78). Erickson explica esta subordinação funcional a partir da experiência humana, onde diz ele, “vários iguais num negócio ou empreendimento podem escolher um dentre eles para servir como capitão de uma força tarefa ou como presidente de uma comissão por um período determinado, sem que haja nenhuma mudança de posição”. E assim, desta mesma forma, “em sua encarnação terrena, o Filho não se tornou menor que o Pai, mas se subordinou funcionalmente à vontade do Pai. Semelhantemente, o Espírito Santo está agora subordinado ao ministério do

Filho [...] assim como à vontade do Pai, mas isso não implica que este seja menor que aqueles” (ERICKSON, p. 137).

A Imago Dei = Imagem de Deus

A imagem de Deus no ser humano é o que o distingue de todos os outros seres criados. Deste modo, está dotado de características que lhe permite entrar em uma relação pessoal com Deus, ou seja, somente o ser humano é dotado da capacidade de raciocinar, de expressar emoções e de agir voluntariamente, o que lhe permite manter íntima comunhão com o seu Criador. “De toda a criação”, escreve Erickson, “somente nós somos capazes de ter um relacionamento pessoal com o Criador e de reagir a ele” (ERICKSON, p. 207).

Contudo é preciso esclarecer que, embora criado segundo a imagem de Deus, e sendo capaz de relacionar-se diretamente com o Ser Divino, o homem não é igual a Deus. As duas palavras hebraicas traduzidas por “imagem” e “semelhança”, *tselem* (imagem) e *demût* (semelhança) se referem a algo *similar*, mas não idêntico. Neste caso, mesmo que semelhante a Deus, o ser humano não é igual a Deus e nem é Deus.

Quando a humanidade caiu em pecado, através de Adão e Eva, a imagem original do ser humano foi corrompida e o relacionamento foi interrompido. O pecado produziu uma transformação imediata no relacionamento que Adão e Eva tinham com Deus. Eles tinham uma comunhão íntima com o Criador, confiavam Nele e lhe obedeciam, porém, ao violarem o mandamento divino, a relação que gozavam mudou. Eles se colocaram do lado oposto de Deus e tornaram-se de fato seus inimigos. Ricardo Barbosa, comentando a Trindade na concepção teológica de Ricardo de São Victor, diz que, “a harmonia nas relações do homem com o Criador e a criação que existiam antes do pecado de Adão são rompidas e dão lugar ao egoísmo, à soberba, à acusação mútua, ao distanciamento do Criador e da criatura” (SOUSA, p. 64).

De fato, o pecado é o responsável direto pelo total fracasso da humanidade nas suas relações pessoais. Ele trouxe à humanidade consequências que afetam o relacionamento do homem com Deus, consigo mesmo e com outros indivíduos. A imagem original necessita ser restaurada para que comunhão seja retomada. Pois “... embora tenhamos caído em pecado e soframos as cicatrizes da queda, o *imago Dei*

não está desfigurado a ponto de não haver reconhecimento”, diz Horrell (HORRELL p. 62).

Ricardo Barbosa escreve que “fomos criados para amar, para conviver em amizade e comunhão com o Criador e toda a sua criação”, e “conhecer a Deus é mergulhar neste mistério e participar desta comunhão eterna que nutre a alma humana e resgata o sentido da nossa verdadeira humanidade” (SOUSA, p. 61). Horrell faz referência ao assunto, quando diz que, “nas Escrituras, descobrimos que cada pessoa da Santa Trindade pensa, comunica, exercita livre arbítrio e manifesta emoções. E nós, como pessoas finitas, temos as mesmas características” (HORRELL, p. 62). E tendo o ser humano as mesmas características que o Deus trinitário, a relação de amor e comunhão vivida na Trindade torna-se modelo adequado para suprir as necessidades humanas no que diz respeito aos seus relacionamentos, tanto em comunidade como individual. Por causa de seu amor e sua unidade-diversidade, a Trindade torna-se nosso modelo de comunidade, seja na família, na igreja local ou em qualquer nível sociológico, o ser humano pode seguir o exemplo do seu próprio Deus.

Para compartilhar dessa relação que gozam o Pai, o Filho e o Espírito Santo, o ser humano deve ter um conceito correto a respeito da triunidade de Deus. Um conceito fragmentado da comunhão intertrinitária gera conflitos nas relações pessoais e comunitárias do indivíduo. Boff indica que “o Pai está sempre no Filho e no Espírito. O Filho se interioriza no Pai e no Espírito Santo. O Espírito Santo une Pai e Filho e se une totalmente com eles” (BOFF, p. 29). Desta forma, a comunhão entre o Pai, o Filho e o Espírito é o que abre o caminho para uma correta interpretação do Deus cristão – o Deus triúno.

Para Horrell. “O conceito da Trindade apresenta um relacionamento significativo entre unidade e diversidade, porque toda criação está por fim relacionada com Deus, e o próprio Deus existe em triunidade” (HORRELL, p. 63-64). Tudo o que o ser humano precisa para estruturar suas relações pessoais, individuais e espirituais encontra-se na Trindade. Pois no Deus triúno, há comunicação, comunhão e amor – logo há plenitude e riqueza de relacionamentos pessoais – entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. E as distinções de atuação entre as pessoas da Trindade também são

importantes nos inter-relacionamento humanos, tais como conjugal, familiar, eclesial, empresarial e governamental, pois também exigem ordem de autoridade e de funções.

O Resultado Direto da Comunhão Trinitária

Quais as implicações diretas da comunhão trinitária – relação entre Pai, Filho e Espírito Santo – na vida do ser humano? Que resultados poderão o ser humano, como um ser finito, experimentar através da relação entre o Ser infinito – Deus? O que irá mudar na vida religiosa, pessoal e comunitária do ser humano a partir do momento em que este tiver um conceito correto a respeito da doutrina da Trindade, mais precisamente da comunhão vivida entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo? O resultado da comunhão experimentada a partir do conceito de Deus como um Ser tri-pessoal se estende nos relacionamentos humanos, de forma que, o indivíduo, a igreja e a sociedade são beneficiados em vários aspectos.

O ser humano não é três pessoas, mas uma “trindade” de relacionamentos pessoais é identificada no seu viver diário. Ele se relaciona consigo mesmo, como indivíduo; como inserido em grupos tais como família, comunidade, igreja etc.; e com seu Criador. E sendo finito, o ser humano não é autossuficiente nem absoluto em si mesmo, por isso, depende da comunhão com o Deus absoluto e pessoal para ser bem-sucedido em suas relações pessoais. E “Deus forneceu a chave mestra para nos relacionarmos com Ele e convivermos com pessoas de todos os tipos”, argumenta o escritor norte-americano Josh McDowell (MCDOWELL, p. 16). Ou seja, o indivíduo estará apto para relacionar-se bem consigo mesmo, enquanto ser individual, estará preparado para a convivência comunitária, enquanto inserido em algum grupo tal como família, igreja, comunidade etc., a partir do momento que se relacionar corretamente com Deus, enquanto Ser tri-pessoal, ou seja, enquanto comunhão entre Pai, Filho e Espírito Santo.

Quando se fala de relações humanas, um grande problema é observado: o *isolamento*. As pessoas têm os mais diversos problemas em seus relacionamentos diários, tanto no que diz respeito a conhecer a si mesmo como estabelecer uma *comunicação adequada* com outros. Na busca de respostas aos seus problemas em relação à comunhão com outros, normalmente, o indivíduo opta, primeiramente, por

isolar-se de outros, da sociedade e até mesmo, de si mesmo, evitando assumir responsabilidades ou tratar de assuntos que confrontam o seu comportamento.

Na Trindade, o indivíduo é confrontado em relação a essa busca de isolar-se de outros seres humanos. “A doutrina da Trindade questiona o individualismo bem como o desaparecimento do indivíduo em meio a uma sociedade impessoal”, diz Ricardo Barbosa (SOUSA, p. 69). Na Trindade, o indivíduo é desafiado a enxergar as consequências negativas que traz o isolamento, bem como perceber os benefícios vitais do relacionamento com outros. Um conceito exato da Trindade lhe fornece o modelo adequado de relacionamento, daí o isolamento é confrontado e suas características negativas são notadas, conduzindo o indivíduo a optar pelo envolvimento com outros indivíduos, e através desse envolvimento com outros, ele reconhece sua absoluta necessidade de integração com outras pessoas. Como diz o escritor Charles Swindoll, “para que uma pessoa se convença do valor da mutualidade e do envolvimento com outros, é preciso que enxergue claramente as consequências negativas do isolamento” (SWINDOLL, p. 18). Pois o isolamento enfraquece o indivíduo frente às situações infelizes e inoportunas do dia a dia. Ele não encontrará apoio de outros, caso precise de alguém para chorar com ele ou para se alegrar com ele.

LEITURA SUGESTIVA - LIVRO

[Para uma reflexão sobre como se relacionar com o Espírito Santo, ver o livro: **SEU AMIGO, O ESPÍRITO SANTO**. Tatuí, SP: 2001. Casa Publicadora Brasileira]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Unidade 4 apresentou o pressuposto de que a doutrina da Trindade apresenta a solução para as questões práticas que afligem a comunidade cristã, principalmente no que diz respeito à relação que o crente estabelece com Deus e com a sociedade ao seu redor. A Trindade sempre foi interpretada como um assunto abstrato, sem nenhuma contribuição prática para o dia a dia da vida cristã. Mas, na realidade é exatamente ao contrário. Foi o que se comprovou através dessa Unidade. A doutrina da Trindade está diretamente relacionada a todas as outras doutrinas bíblicas, e por isso, inserida no contexto da vida prática de cada cristão.

É através da doutrina da Trindade que o homem se vê a si mesmo com um ser relacional, e é exatamente nesta relação com o outro que ele encontra a sua

personalidade. Nós somos quem somos na relação de amor que nutrimos com as outras pessoas. Criado segundo a imagem de Deus, o ser humano tem vínculos uns com os outros e se define quando se relaciona com outras pessoas. É quando está em relação com outros que sua humanidade tem significado.

HORA DE REVISAR

A doutrina da Trindade como comunhão das três divinas pessoas – Pai, Filho e Espírito Santo – apresenta o modelo para uma sociedade igualitária e humana, onde todos os seres humanos têm lugar. A forma de convivência social que hoje temos não pode agradar a Deus. Nela, a maioria das pessoas não encontram lugar. Da mesma forma se investigarmos a descrição bíblica da humanidade, vamos descobrir que as pessoas hoje estão, na realidade, numa condição anormal. O verdadeiro homem não é o que encontramos na sociedade humana. Somente a partir da fé em um Deus trino é que os cristãos poderão lutar por uma sociedade que possa ser a imagem e semelhança da Trindade.

REFERÊNCIAS

BOETTNER, Loraine; WARFIELD, Benjamin B. **A Doutrina da Trindade**. Leiria/Portugal: Vida Nova, 1958.

BOFF, Leonardo. **A Trindade, a Sociedade e a Libertação**. Petrópolis: Vozes, 2ª. Edição, 1986.

ERICKSON, Millard J. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

FRITZEN, Silvino José. **Relações Humanas Interpessoais: nas convivências grupais e comunitárias**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HORRELL, John Scott. **Uma Cosmovisão Trinitária**. In Vox Scripturae. Revista Teológica Latino-Americana: volume IV, número 1. dezembro, 1994. 55-77 pp.

MCDOWELL, Josh. **Amar é Sempre Certo: uma defesa do único absoluto moral**. São Paulo: Candeia, 1997.

SOUSA, Ricardo Barbosa de. **O Caminho do Coração: ensaios sobre a Trindade e a Espiritualidade cristã**. Curitiba: Encontro, 4ª. edição, 2002.

SWINDOLL, Charles R. **Vivendo Sem Máscaras: como cultivar relacionamentos saudáveis.** Venda Nova: Betânia, 1987.

TOZER, A. W. **Mais perto de Deus.** São Paulo: Mundo Cristão, 1980.